

UMA VISÃO DO IDOSO ATIVO NO MERCADO DE TRABALHO

A VISION OF THE OLD ACTIVE IN THE LABOR MARKET

Hubcarmo Nathálio Souza Amorim ¹

Edson Trajano Vieira ²

Resumo: Os índices acerca da população idosa no Brasil vêm modificando o panorama destes indivíduos, inserindo-os em um novo patamar de importância dentro da sociedade. O presente artigo busca apresentar a realidade desta população e descrever os dados oficiais indicados pelo Censo do IBGE acerca do idoso no mercado de trabalho. A partir da análise dos dados do Censo 2010, identificamos um aumento no envelhecimento da população brasileira, com isso gerou a preocupação em relação a pessoa envelhecida, bem como da sua inserção no mercado de trabalho. A pesquisa é bibliográfica, com natureza qualitativa e descritiva frente aos indicadores. É pertinente o tema proposto haja vista a extensão territorial do Brasil e a constante mudança demográfica que o país passa. Ademais, a inserção do idoso no mercado de trabalho é um assunto que impacta na economia local e nacional, tendo em vista os novos olhares da terceira idade diante de suas necessidades.

Palavras-chave: Envelhecimento. Idoso. Mercado de Trabalho.

Abstract: The indices about the elderly population in Brazil have been changing the panorama of these individuals, inserting them in a new level of importance within society. This paper presents the reality of this population and describes the official data indicated by the IBGE Census about the elderly in the labor market. From the analysis of the 2010 Census data, we identified an increase in the aging of the Brazilian population, thus generating concern about the aged person, as well as their insertion in the labor market. The research is bibliographic, with qualitative and descriptive nature against the indicators. It is pertinent the theme proposal has seen the territorial extension of Brazil and the constant change demographic that the country passes. Besides, the senior's insert in the job market is a subject that impacts in the local and national economy, tends in view the new glances of the third age due to their needs.

Keywords: Aging. Senior. Job market.

-
- ¹ Bacharel em Direito pela Faculdade de Imperatriz-FACIMP, Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4108725010684963>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6751-9005>. E-mail: hubcarmo@gmail.com
 - ² Economista e Doutor em História Econômica (USP), docente pesquisador do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté e do Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4889417479100303>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2171-2683>. E-mail: etrajanov@gmail.com

Introdução

O estudo apresenta a nova dinâmica do idoso no mercado de trabalho diante do índice crescente do envelhecimento da população brasileira na última década, alterando com isso a participação de um classe da sociedade já esquecida, por serem considerados inativos para economia. O idoso no mercado de trabalho já é uma realidade, pois o mesmo diante da aposentadoria passa a se preocupar com o afastamento das atividades diárias que realizava, aliado ainda à necessidade de complementação da renda diante do baixo valor do benefício previdenciário recebido.

A proposta do tema é descrever o que o Censo do IBGE (2010) apresenta como crescimento de expectativa de vida, ao passo que a doutrina explica os motivos para o envelhecimento da população, onde gera preocupações com políticas públicas voltadas especificamente para a terceira idade. Além disso, visa compreender o processo de envelhecimento biológico e mental do indivíduo, alteração da rotina de suas atividades diárias e, principalmente a mudança na economia familiar com sua aposentadoria.

Especificamente, busca descrever como o envelhecimento da população do Brasil se encontra diante das mudanças demográficas, discutir quanto a sociedade se mostra indicada para lidar com o aumento da expectativa de vida e a diminuição da população jovem, vinculando a relação do trabalho com idoso.

Já dizia Vygotsky (2007, p.52) “a relação do indivíduo com o mundo é mediada por instrumentos e signos criados exclusivamente pelo homem”. O idoso ao criar sua história de vida vincula às relações que vive no seu meio, dentre elas a do campo de atuação profissional, e quando não toma para si um estigma de que não mais útil e produtivo.

A participação do idoso no mundo do trabalho está cada vez maior, pois diversos fatores contribuem para esse aumento da participação de pessoas na terceira idade em setores do mercado. Para Moreira (2000) os motivos podem estar associados “a necessidade de assegurar um padrão de consumo aceitável e comparável aos parâmetros vividos por ele em anos anteriores, ou procurando uma estratégia para vencer a solidão e o isolamento impostos por uma sociedade que segrega os idosos”.

Conquanto, a mudança de perspectiva de vida dos idosos trouxe também a preocupação do Estado em garantir os direitos inerente aos princípios da dignidade da pessoa humana, bem como a proteção legal que possibilite a manutenção e eficácia desses direitos. Frente a tal necessidade protetiva, além do Constituição Federal que menciona em alguns dispositivos, foi instituída a Lei nº 10.741 de 2003, dispondo definições, deveres e direitos da pessoa que se encontra na terceira idade.

O crescimento populacional da terceira idade se mostra vivo, motivo este que a presente pesquisa é de um estudo exploratório descritivo, onde se valeu de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, extraído do Censo de 2010. A população indica está compreendida entre as faixas etária de 60 e acima de 80 anos, com indicadores por sexo.

Revisão de literatura

O processo de envelhecimento é algo que deveria ser encarado de forma natural, mas acaba sendo visto como problemática social e íntima do próprio indivíduo, dentre eles o social, psicossocial, econômico e, principalmente a ausência de uma política pública verdadeiramente aplicada no que tange a prevenção com a população que cada vez se mostra mais velha. De acordo com as projeções das Nações Unidas – Fundo de População lançada no ano de 2012, havia uma projeção de que 1 em cada 9 pessoa teria 60 anos ou mais, e acredita-se que até o ano de 2050 este índice passa a ser um crescimento de 1 em cada 5.

O envelhecimento é um processo amplo, multidimensional, haja vista uma alteração morfológica, biológicas, psicológicas e de uma adaptação do indivíduo ao seu próprio ambiente. É a perda da capacidade, tornando-o vulnerável e com maior incidência de processos patológicos, que termina por leva-lo à morte (FILHO, 2000, p.01)

Envelhecer é algo particular, onde o indivíduo passar a se preocupar com situações que antes não tinha em sua rotina, que vai desde a alimentação à própria forma de encarar uma nova

rotina como um todo.

Muito do nosso envelhecimento, de como se dará o nosso processo de envelhecimento será reflexo de como nós estamos cuidando desse nosso processo. Como que nós cuidamos das questões relacionadas à nossa alimentação, à nossa prática de atividade física, a nossa garantia de debate, de espaço, de decisão, de autonomia. Então, são diversos fatores que vão influenciar no processo de envelhecimento. Fatores socioeconômicos, hábitos de vida, aspectos culturais (HOFFMAN 2018).

Há diversas correntes que lidam com definições sobre envelhecimento, todavia, a preocupação sobre essa fase natural da vida está no que tange a subjetividade do indivíduo na aceitação, pois o impacto que passa a sentir reflete na alteração de sua rotina e principalmente no entendimento do que seria ser útil em seu meio, ativo e participativo. De acordo com Camarano (2012), “o envelhecimento, mais do que risco de vida, representa uma ameaça à autonomia e independência do indivíduo”.

Ademais, envelhecer é uma transição demográfica de uma determinada região, que muito embora aponte diferenças para tal fase, é o reflexo de toda uma cronologia lógica da vida, cabendo ao indivíduo a aceitação deste momento. Conquanto, se faz necessário mudanças nas políticas públicas para que possa estar atendendo às necessidades básicas inerentes do idoso e, suas perspectivas novas de vida.

No Brasil, não é diferente dos demais países quanto a preocupação com o envelhecimento populacional, haja vista que nos últimos anos é notório o aumento de pessoas com idades superiores a 60 anos, fator este que vem associado à diminuição da taxa de mortalidade. O aumento da expectativa de vida é reflexo de junções de fatores, como a diminuição da taxa de natalidade e mortalidade, aliada ao ganho de qualidade de vida, haja vista o ser humano passou a ter maior preocupação em cuidar da saúde e bem estar.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o censo de 2010 apresentou um acréscimo significativo na população idosa. Estimou-se que no Brasil tinha cerca de mais de 190 milhões de habitantes, sendo que aqueles indivíduos que se encontram na faixa etária de 60 a 89 anos de idade compreendem 12,63% (doze inteiros, e sessenta e três centésimos por cento) da população total brasileira.

Tabela 1. População de Idosos no Brasil.

Faixa Etária	População Idosa 2010	População Idosa Homem	População Idosa Mulher
60 a 64	6.509,119	3.041,034	3.468,085
65 a 69	4.480,810	2.224,065	2.616,745
70 a 74	3.741,637	1.667,373	2.074,264
75 a 79	2.563,448	1.090,518	1.472,930
Acima de 80	2.935,585	1.133,122	1.802,463
	20.590,599	9.156,112	11.434,487
		44,4%	55,6%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em posse desses índices do Censo de 2010, a população idosa brasileira com idade de 60 anos ou mais é de cerca de 20.590,599 (vinte milhões quinhentos e noventa mil e quinhentos e noventa e nove) indivíduos, sendo que deste público, o percentual de idosos do sexo masculino corresponde 44,4% (quarenta e quatro inteiros e quatro décimos por cento), ao passo que as mulheres têm uma representatividade de 55,6% (cinquenta e cinco inteiros e

seis décimos por cento).

O Brasil está caminhando para uma sociedade com expectativa de vida bem elevada, motivo este que se deve a dois fatores, a taxa de fecundidade da mulher que vem diminuindo e a expectativa de vida aumentando.

O envelhecimento populacional será um desafio para o Brasil, que vai envelhecer antes de se tornar rico ou socialmente equilibrado, ao contrário de outras nações que já passam por situação similar, como Alemanha e Japão. Ao mesmo tempo, essa revolução prateada que está a caminho também apresenta grandes oportunidades para sociedade, governo e empresas, desde que os esforços certos sejam conduzidos nesse sentido (LIMA, 2017).

Segundo Carneiro *et al* (2013), para nosso país, estimativas do Banco Mundial (2011) apontam que, nos próximos 40 anos, a população idosa brasileira crescerá a uma taxa de 3,2% ao ano e atingirá 64 milhões de habitantes em 2050, o que representará cerca de 30% da população.

O aumento da expectativa de vida reflete em vários campos da sociedade, mas um especial é alvo de preocupação, a economia, pois nela há impacto direto sobre o desenvolvimento social.

Os países desenvolvidos enriqueceram e depois envelheceram. Nós, como todos os países pobres, estamos envelhecendo antes de enriquecer. Eles tiveram recursos e tempo. A França levou 115 anos para dobrar de 7% para 14% a proporção de idosos na população. O Brasil vai fazer o mesmo em 19 anos. Uma geração (CARLOS, 1999, p.77).

O panorama atual não é surpresa, tendo em vista que o Censo de 2000 realizado pelo IBGE já apontava o crescimento na população idosa no Brasil, ao passo que diminuía a taxa da juventude brasileira. Muito embora esse índice positivo em relação ao aumento da expectativa de vida, traz consigo uma preocupação quanto os cuidados para com os idosos.

Diante dessa preocupação, foi criada a Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003, dispondo sobre os direitos e garantias do indivíduo considerado idoso e, passou-se a defini-lo em seu artigo 1º da referida legislação, como sendo “as pessoas com idades igual ou superior a 60 anos”, onde o envelhecimento passa a ser um direito personalíssimo, devendo o Estado garantir meios para sua regular sobrevivência, com devidos cuidados condizentes com suas respectivas faixas etárias.

Assim dispõe o referido códex supra mencionado: “Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003).

Diante do dever que o Estado possui, foi apresentado no ano de 2017 o manual Brasil 2050 Desafios de Uma Nação que Envelhece, estudo este realizado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados Federais. Neste manual é apresentado um rol de ações preventivas a serem feitas em prol do idoso, em especial o que tange aos cuidados com a saúde.

O que vem à tona é que o processo de envelhecimento traz como consequência o declínio de mão de obra desfavorecendo os setores da economia transformando a velhice como problema socioeconômico.

De outro lado, o segmento com idades avançadas passa a ser o que mais cresce. Esse crescimento acentuado do segmento, que demanda maiores recursos monetário e cuidados humanos, afetivos e psicológicos, vis-à-vis a redução do contingente populacional em idade ativa, levou a que o envelhecimento populacional entrasse na agenda das políticas públicas pelo lado negativo, ou seja, ele é visto como “um problema” (CARMARANO; PASINATO, 2007, p. 9).

Desta forma não se pode colocar a transformação da velhice como um problema, haja vista que não como impedir o aumento demográfico populacional, pois, conforme Lénoir (1989) “todo problema social é, antes de tudo, uma construção social que envolve reconhecimento, legitimação, pressão e expressão”.

Metodologia

Este estudo tem como base de pesquisa a bibliográfica de natureza qualitativa e descritiva, no sentido de apresentar de forma clara e objetiva os índices acerca da população brasileira, com base nos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), junto ao Censo de 2010.

Foi consultado para a construção deste estudo diversos autores de literaturas que relatam acerca do tema, envelhecimento, idoso e mercado de trabalho. Ademais, buscou por meio de artigos publicados na língua portuguesa sobre o mesmo enfoque.

Assim diz Lima (2008) que a pesquisa bibliográfica “é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita orientada pelo objetivo explícito de coleta de materiais genéricos”.

A sua escolha se deu no sentido da necessidade de uma compreensão nos conceitos iniciais acerca do idoso, velho e do trabalho, por isso da intervenção da literatura para explicitar as definições básicas de alguns termos a serem empregados no estudo.

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são: investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim complementar Cleber Cristiano Prodanov no seu estudo Metodologia do Trabalho Científico:

Após a escolha do tema, o pesquisador deve iniciar amplo levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa

e seu embasamento teórico, o qual fará parte do referencial da pesquisa na forma de uma revisão bibliográfica (ou da literatura), buscando identificar o “estado da arte” ou o alcance dessas fontes (PRODANOV, 2013, p. 131).

Frente ao tema proposto, a pesquisa qualitativa se mostra mais oportuna pois usa a subjetividade para alcançar um determinado entendimento, haja vista não ter dados a serem expostos. Ademais, baseia-se ainda, que o conhecimento sobre indícios só se é possível com a própria experiência humana.

Segundo Goldenberg (1997, p.34) os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Relação do trabalho e a participação do idoso

A relação do trabalho se mistura com a própria história do homem, tendo em vista que sua utilização tem como função a satisfação das necessidades do indivíduo, interagindo com os recursos naturais e artificiais no intuito de alimentar seus anseios primários.

A origem da palavra trabalho vem do latim *tripalium* que na realidade era uma espécie de uma estaca fincada com intuito de castigar os escravos. A etimologia contribui para o significado desagradável ao homem, pois passa ser um castigo imposto ao cidadão para se manter numa determinada sociedade.

Neste sentido, compreende que a relação de trabalho e o ser humano está vinculada intrinsecamente a afinidade com a natureza, assim é que define que seja um processo orientada a um fim ou ao próprio trabalho, seu objeto e seus meios.

Assim determina Karl Marx:

Apresenta o conceito de trabalho como o processo entre homem e natureza, no qual o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, 1996, p.297).

Como dito, a origem do trabalho se confunde com a própria relação do homem com o meio que vive, participa e atua de forma direta e indireta na sua modificação. No processo do trabalho não é diferente. A evolução das comunidades trouxe novos elementos para posicionar a importância do trabalho no cotidiano do indivíduo. Historicamente o homem é fruto do seu meio e, diante desta afirmativa também é origem das mudanças do sentido sociológico do trabalho.

Sob esta lógica já ponderava Engels (1952) quando diz que “o trabalho porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

Já em uma outra corrente conceitual, Smith (1990) afirma: “o trabalho do manufator é considerado trabalho produtivo, já que o processo acrescenta valor ao objeto sobre o qual é aplicado. Já o doméstico é definido como trabalho improdutivo, pois neste tipo de labor não há este acréscimo de valor”.

Entretanto, o sentido do trabalho muda ao passo que a própria sociedade mudou. Inicialmente o trabalhador estava atrelado à escravidão, oriunda de dívidas e derrotas em guerras. No berço da sociedade, a visão do trabalho era dividida em duas classes, aos homens livres caberia a incumbência do trabalho intelectual enquanto aos escravos o trabalho físico (ALBORNZO, 2000).

Nota-se que somente com a Idade Média que o entendimento e função primordial do trabalho sofre uma grande redefinição com o final do sistema feudal, tirando a servidão e incluindo o servo como ser propriamente dito com direitos e deveres por sua intervenção laboral, culminando esse pensamento com a Revolução Industrial.

A partir da Revolução Industrial, começaram a surgir outras idéias e significados a respeito do trabalho, passando a ser visto como um processo de transformação da própria sociedade medieval (ALBORNOZ, 2000).

Com advento das duas guerras mundiais o sentido do trabalho passou a caminhar em consonância com o pensamento capitalista, onde a produtividade estaria acima dos interesses individuais dos trabalhadores. Na realidade era fortalecer o Estado na sua forma econômica, sem atender para os direitos do homem, onde uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, e o crescimento voltaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (HAYEK, 1977).

O vínculo que existe do homem com o trabalho vai além do resultado de sua atividade exercida. Associa-se com o estado íntimo do próprio ser, construindo uma identidade importante no próprio ser humano apresentando a sua importância no meio da sociedade, se mostrando ativo e produtivo.

Para Habermas (1987), a construção da identidade não pode ser dissociada de dois sistemas estruturantes: a atividade instrumental (processos de trabalho, finalidades econômicas, etc.) e a atividade comunicacional (a interação entre os indivíduos).

Ao nascer, o ser humano passa a ser incluído no rol da cultura, costumes e valores que o rodeiam, ou seja, naquilo que os definem e aos processos de transmissões de valores que representam o seu mundo. Tais valores são as causas do desenvolvimento da humanidade, muito embora a identidade humana se constrói durante a sua própria existência, em constante transformação.

De acordo com Machado (2003, p.51), a identidade é apresentada em três níveis, pessoal, social e trabalho. Assim, pessoalmente vincula sob o autoconceito do próprio indivíduo. No que tange o social, também está voltado a vínculo íntimo, entretanto, o associado aos grupos sociais que faz parte.

Frente ao exposto, a identidade criada com o trabalho é um meio mecanismo importante na produção, pois deve ser realizada por meio da atividade que o homem atua, bem como pela convivência com as pessoas com as quais mantém contato no trabalho.

Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando a sua identidade pessoal, uma história de vida, um projeto. Uma vida que nem sempre é vivida, no emaranhado das relações sociais. Uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela. A questão da identidade, assim deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é sobretudo uma questão social, uma questão política (CIAMPA, 1993, p.127).

O idoso como ser tem o direito de se apresentar como um indivíduo, ativo, produtivo no meio que está inserido, muito embora acredita-se que a faixa etária ou a velhice que chegou seja um problema, tanto para o próprio pessoa quanto para a sociedade.

De outro lado, o segmento com idades avançadas passa a ser o que mais cresce. Esse crescimento acentuado do segmento, que demanda maiores recursos monetários e cuidados humanos, afetivos e psicológicos, vis-à-vis a redução do contingente populacional em idade ativa, levou a que o envelhecimento populacional entrasse na agenda das políticas públicas pelo lado negativo – ou seja, ele é visto como “um problema” (CAMARANO; PASINATO, 2007, p. 9).

Entretanto, tendo a terceira idade ser considerado um problema social, deve ter em mente que os termos velhice e idoso são palavras com profundidades diferentes. A primeira é um termo construído pela própria sociedade (DEBERT, 2009), ao passo que idoso seja uma terminológica técnica oriunda da velhice, que passa determinadas características físicas, o momento a partir do

qual o indivíduo pode, ou não, ser considerado como “velho” (CAMARANO; PASINATO, 1999).

Frente as adversidades que o idoso passa, a sua atuação no mercado de trabalho é algo que vem mudando constantemente o panorama da economia brasileira. Entretanto, vislumbra-se uma grande barreira quanto a natureza biológica do idoso, pois passa a ter limitações naturais que impede momentaneamente e ou até impossibilitam o exercício de uma atividade laboral.

De acordo com o IBGE no Censo de 2010, no Brasil cerca de 66,8% das pessoas com mais de 60 anos de idade são aposentadas e, 11% pensionistas. Esses índices demonstram a importância econômica que os idosos acabam por impactar. Todavia, é crescente o número dessas pessoas que encontram-se na faixa etária dos 60 a 69 anos de idade (IBGE 2010) voltar ao mercado de trabalho formal e informal para complementar a renda familiar e ainda o benefício previdenciário.

Tal realidade não é tão do presente. Na realidade, vem de uma preocupação desde o final do século XX, conforme se mostra:

Do ponto de vista econômico o trabalho após os 60 anos de idade justifica-se pela necessidade de complementação da renda, que diminui com a passagem para a aposentadoria, de modo a preservar, ou a resgatar, seu poder aquisitivo. Já do ponto de vista pessoal, o trabalho na terceira idade justifica-se pela possibilidade de realização pessoal do indivíduo, baseada tanto na prática de atividades que demandam o aproveitamento de suas potencialidades como e, sobretudo, na possibilidade de estimular os relacionamentos interpessoais (GRUNEWALD, 1997, p.56).

Diante de uma nova realidade que o Brasil vem passando, que é o aumento considerável da expectativa de vida, passando a população a ser ocupada pelo grupo de pessoas com idade acima de 60 anos, o retorno de muitos idosos ao mercado de trabalho é atribuído a vários fatores, tipo, ociosidade, renda adicional, ou ainda o próprio gosto pela atividade labor que exercia.

Ainda com base no IBGE (2010), 20% dos aposentados brasileiros exercem alguma atividade laboral. De certo que é um direito do idoso buscar ou continuar ativo, vivo, trabalhando, se disponibilizando para novas perspectivas no mercado, mas de algo muito claro essa busca, a primeira de cunho meramente econômico e a segundo de foro íntimo, psicológico.

Atualmente vivenciamos, portanto, a progressiva desvinculação entre o momento da aposentadoria e a última etapa da vida, denominada de terceira idade. Ou seja, a associação corrente entre velhice e aposentadoria vai perdendo espaço no imaginário social, pois nem todos aposentados são velhos e nem toda a velhice é aposentada (LUBORSKY; LEBLANC, 2003).

A atual legislação brasileira apresenta dispositivos que vem a proteger o direito do idoso em vários aspectos, inclusive o direito ao trabalho. Porém, diante da contínua discriminação, o Estatuto do Idoso vem assegurar o direito da profissionalização e o trabalho.

Assim dispõe o artigo 26 do referido Estatuto: O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas (BRASIL, 2003).

Menciona-se ainda no referido código nos seus artigos 95 e 96, o dever do Estado em acometer qualquer pessoa que praticar ato discriminatório contra os idosos por meio de uma Ação Penal Pública Incondicionada.

Destaca-se o posicionamento de Pavani:

Em um mercado de trabalho no qual o preconceito relacionado com a idade do idoso é fato concreto, o Brasil, em ritmo crescente, tem-se destacado pela longevidade de sua população, deixando de ser, gradativamente, um país de jovens. Paralelamente, a persistir esse preconceito, a exclusão do mercado dessa população ainda ativa, constituirá um grave problema de contornos incalculáveis (PAVANI, 2002, p.188).

Há de convir que a contratação da pessoa na terceira idade tem seus pros e contras. Primeira análise vislumbra-se as dificuldades que a idade pode trazer no andamento do trabalho, produção ou prestação de serviços. Entretanto, a uma grande corrente que tem a participação do idoso como uma mão de obra diferenciada, com qualidades que a experiência lhe concedeu ao longo dos anos, afirmando que a velhice é uma mera questão cronológica.

Para Carvalho *et al* (2003) “o envelhecimento populacional não se refere nem a indivíduos, nem a cada geração, mas, sim, à mudança na estrutura etária da população”. Continua dizendo que tais mudanças é fruto de fatores externos, “este limite inferior varia de sociedade para sociedade e depende não somente de fatores biológicos, mas, também, econômicos, ambientais, científicos e culturais” (CARVALHO; GARCIA, 2003).

Ademais, o mercado de trabalho apresenta variáveis constantes, evolução em seus setores organizacionais, que seja público ou privado, trazendo a necessidade de reciclagem, aperfeiçoamento em determinada área ou setor. E diante desta nova realidade, e com índices numéricos aumentados acerca da participação do idoso no mercado de trabalho, este por sua vez passar a ser visto como mão de obra qualificada, entendendo ser o ambiente de trabalho o local de ensino-aprendizagem.

Neste sentido coaduna Amarilho (2005) “argumenta que as potencialidades mentais dos indivíduos de terceira idade, hoje comprovadas, merecem, portanto, ser entendidas como sinônimo da força produtiva de que são detentores”.

O idoso ainda vem tendo dificuldades de ser inserido no mercado de trabalho, muito embora os números apresentados mostram um crescimento da população da terceira idade e sua intervenção de grande importância para a economia de uma determinada localidade. A sua participação em um ambiente de trabalho lhe trará benefícios físicos e econômicos, lhe proporcionando a continuação da qualidade de vida que tinha anteriormente à sua aposentadoria.

Considerações Finais

A pesquisa teve como objetivo contribuir com a visão da relação do trabalho e o idoso, seu estado de envelhecimento e as causas que levaram ao aumento da expectativa de vida, transformando consideravelmente os índices populacionais do Brasil. Ponderou-se sobre a importância do idoso no mercado de trabalho.

De acordo com IBGE o Brasil é um país onde sua população está cada vez mais ficando velha, devendo este fator ao aumento da expectativa de vida e a melhoria nos cuidados da saúde e, ainda, contando com a baixa taxa de natalidade.

Com base no último censo do IBGE (2010) o Brasil teve um envelhecimento na sua população, onde 44,4% são homens e 55% de mulheres. Observou-se que a faixa etária que mais reflete nos indicativos encontra-se entre 60 a 64 anos de idade. Seguida pela faixa etária de 65 a 69 anos. Esses dois indicativos são de grande importância, pois refletem a camada participativa da previdência, haja vista, que se inicia o ciclo da aposentadoria, e também, na participação do idoso no mercado de trabalho.

Não diferente, os índices apresentados não fogem aos indicados na estimativa do Banco Mundial no ano de 2011, enfatizando que a população brasileira crescerá numa taxa de 3,2% ao ano, onde em 2050 chegaria a média de 64 milhões de habitantes, sendo que deste, 30% será de uma população envelhecida.

Tratou-se que o envelhecimento seria um problema social, pois a transformação da velhice impactaria no desenvolvimento do país, devendo o Estado apresentar soluções para resguardar os direitos dos novos idosos. Todavia, o que se busca no panorama atual da economia, é a terceira idade galgando seu espaço no mercado de trabalho e ou a sua inserção no mesmo.

Essa inserção é fruto de fatores externos, tendo em vista que a aposentadoria não satisfaz às necessidades básicas. Ademais, muitos sustentam a família com o valor do benefício recebido e diante da insuficiência, busca no mercado formal de trabalho a complementação para seu sustento. Além, disso o idoso se mostra interessado na manutenção do mercado de trabalho também por querer ser útil e ativo economicamente. Tal fato é considerado louvável, que empresas já estudam e se preparam para receber nos seus quadros, colaboradores de terceira idade, onde acreditam que a experiência de vida aliada às necessidades da organização terá como fruto uma produtividade

mais humanizada.

Diante do exposto, atualmente dos mais de 26 milhões de idosos no Brasil, 20% exercem atividade de caráter formal e informal para complementar a aposentadoria. O mais, importante, não é somente a inserção dessa população no mercado de trabalho, mas acabar com o preconceito gerado pela própria sociedade em não aceitar que pessoas acima dos 60 anos de idade possam exercer ou continuar a alguma atividade laborativa.

Referências

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos, v. 13).

AMARILHO CB. **O executivo-empresário, sua aposentadoria e o processo de afastamento do trabalho**. Rio de Janeiro: UNATI, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.741** de 1º de outubro de 2003. Poder Executivo, Brasília, DF, 01 de out. 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. **O envelhecimento, pobreza e proteção na América Latina**. Rio de Janeiro. IPEA. 2007.

CARLOS, S. A. *et al.* **Identidade, aposentadoria e terceira idade**. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, v.1, 1999. p.77-89.

CARVALHO FILHO; ALENCAR apud PAPALÉO. **Geriatría – fundamentos, Clínica e terapêutica**. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Atheneu, 2000.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FELIX, J. S. O planeta dos idosos, entrevista de Alexandre Kalache, coordenador do programa de envelhecimento e longevidade da OMS, São Paulo, **Revista Fator**, edição do Banco Fator, 2007. Disponível <https://www.projetoredacao.com.br/temas-de-redacao/55636c8961363300035a0000/o-planeta-dos-idosos/5930>. Acesso em: 2 maio 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. [Apostila.].

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E. M. de A.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRÜNEWALD, Virgínia. **Considerações sobre ergonomia e terceira idade**. 1997. Dissertação (Doutorado em Engenharia de Produção) – UFSC, Florianópolis, 1997.

Habermas, J. **Théorie de l'Agir Communicationnel**. Paris: Fayard, 1987.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Globo, 1977.

HOFFMAN, Maria Cristina. **Envelhecimento: reflexos da pobreza, educação e atendimento médico na vida do idoso**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/reportagem-especial/528255-envelhecimento-perspectivas-para-os-idosos-brasileiros-bloco-5.html>. Acesso em: 2 maio 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse de Censo Demográfico 2010**. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=00&dados=1>. Acesso em: 2 maio 2018

LIMA, Alexandre Correa. **Número de Idosos Crescem no Brasil**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/numero-de-idosos-no-brasil-cresceu-50-em-uma-decada-segundo-ibge>

,6427cac70c638ddd25efe9c43fb7d977r5spkpo1.html. Acesso em: 2 maio 2018.

LIMA, Alexandre Correa. **Revolução Prateada**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/numero-de-idosos-no-brasil-cresceu-50-em-uma-decada-segundo-ibge,6427cac70c638ddd25efe9c43fb7d977r5spkpo1.html>. Acesso em: 02 maio 2018.

LIMA, J. C. ; Soares, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, v.15, n.37, 163-180, 2002.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2º ed. São Paulo. Saraiva. 2008.

LUBORSKY; LEBLANC, I. Cross-cultural perspectives on the concept of retirement: An analytic redefinition. **Journal of Cross Cultural Gerontology**, v.18, n.4, p. 251-327, 2003.

MACHADO, Hilka Vier. A identidade e o contexto organizacional: Perspectivas de Análise. **RAC**, Edição Especial, p. 51-73, 2003.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tomo I. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: http://www.pravida.org/livro/o_capital_1_1.pdf Acesso em: 3 maio 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MOREIRA M.M.S. **Trabalho, qualidade de vida e envelhecimento**. 2000. Dissertação. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2000.

PAVANI, Regina M. Girelli. A imagem da velhice. *In*: TREVISAN, Leonardo; CASTRO, Maria da Conceição de Araújo (org.). **Transformações no trabalho**. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1990. v. 1.

YIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Recebido em 27 de setembro de 2019.

Aceito em 13 de julho de 2022.